



ATA DA XIV REUNIÃO ORDINÁRIA

02 de dezembro de 2009

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, no Auditório do Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a XIV Reunião da Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia: 1. 09h as 09h30 - Abertura, Aprovação da Ata da XIII Plenária e da Pauta da XIV Plenária, Informe sobre a PEC e Informes Gerais. 2. 09h30 as 10h - Informe do CONDRAF sobre o Ano da Agricultura Familiar - Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA - José Humberto de Oliveira. 3. 10h as 11h - Encaminhamentos Gerais das Comissões Permanentes e da Comissão dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais. 4. 11h as 12h30 - Discussão sobre a minuta do Projeto de Lei da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 4.1. 11h às 11h20 - Exposição da CAISAN, 4.2. 11h20 as 11h40 - Exposição da Comissão Permanente 3 do CONSEA, 4.3. 11h40 as 12h30 - Comentários e Proposições das Comissões Permanentes e da Comissão dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais sobre a minuta do PL da PNSAN. INTERVALO ALMOÇO - 12:30 as 14:00. 14h as 14h15 - Outros Informes. 4. 14h15 as 18h - Continuação da Discussão sobre a minuta do Projeto de Lei da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 4.4 14h15 as 17h - Debate em plenária, 4.5 17h as 18h - Encaminhamentos. 5. 18h - Encerramento. 1ª Mesa - Presidente do CONSEA, Renato Maluf, Secretário do MDS, Crispim Moreira, Coordenadora da Secretaria do CONSEA Nacional, Carmem Priscila Bocchi e o Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA - José Humberto de Oliveira. 1. 09h as 09h30 - Abertura, Aprovação da Ata da XIII Plenária e da Pauta da XIV Plenária, Informe sobre a PEC e Informes Gerais. O Presidente do CONSEA, Renato Maluf, iniciou a reunião, dando boas-vindas aos presentes. A Ata da XIII Plenária e a Pauta desta foram aprovadas por unanimidade. Algumas personalidades foram apresentadas à Plenária. Informes da presidência: 1) Constou da pasta entregue aos Conselheiros informe sobre a Cúpula Mundial de Alimentação, elaborado pela Conselheira Nathalie Begin e Renato Maluf, representantes do CONSEA na Cúpula, sobre as principais questões ocorridas ali: i) Segundo avaliação desses, houve pequena presença de Chefes de Estado em relação aos representantes do G-20, grupo de países em desenvolvimento, criado em 20 de agosto de 2003. ii) A Delegação Brasileira, na Cúpula, considerou positivo o pronunciamento do Presidente Lula naquele evento. O Presidente também se referiu à contribuição do CONSEA para as estratégias de política de segurança alimentar. iii) A Declaração da Cúpula foi considerada acanhada do ponto de vista das metas e compromissos políticos internacionais, mas alvissareiras em alguns elementos, como a declaração oficial da FAO, que fez referência explícita ao Direito à Alimentação. iv) Foi oficializada a reforma do Comitê de Segurança Alimentar da FAO, abrangendo a participação social e construção ampla e transparente da pauta do Comitê. iv) Foi distribuído durante a Cúpula, e nesta Plenária, o livro 'Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A Experiência Brasileira.' 2) Durante a



46 Cúpula, o Presidente Lula recebeu da ActionAid um par de luvas de boxe pelo sucesso na
47 luta contra a fome no Brasil. Naquele dia, o Presidente Lula informou a Renato Maluf que
48 há uma deliberação do Governo para reajustar o per capita da alimentação escolar, por
49 pedido do CONSEA, para R\$ 0,30 centavos. 3) A PEC Alimentação 047/2003, já aprovada
50 em primeira votação na Câmara dos Deputados, faltando uma segunda votação para após
51 ser promulgada pelo Congresso Nacional, não tem objeções à proposta de introduzir a
52 alimentação nos direitos constitucionais, contudo falta a mesma entrar na pauta da Câmara.
53 4) A Conselheira Gleyse Paye Pereira fará parte da Delegação Oficial Brasileira,
54 representando o CONSEA na Cúpula de Copenhagen, com despesas custeadas pela Oxford
55 e Coep. A Exposição de Motivos, com os posicionamentos do CONSEA sobre as
56 Mudanças Climáticas, que será levada à Cúpula pela Conselheira, está disponível aos
57 interessados em português, inglês e espanhol. 5) Renato Maluf se encontrará, nesta data,
58 com o Diretor-Presidente da ANVISA para manifestar apoio do CONSEA ao
59 desenvolvimento de uma iniciativa de regulamentação da publicidade de alimentos, tratar
60 do PARA - Programa de Acompanhamento de Resíduo de Agrotóxicos em Alimentos, e
61 outros assuntos. 6) Constou da pasta distribuída aos Conselheiros documento produzido
62 pela Secretaria do CONSEA, fazendo cotejamento entre a Exposição de Motivos do
63 CONSEA, relativa ao orçamento federal de Segurança Alimentar para 2010, e PLOA –
64 Projeto de Lei Orçamentária. 7) A Conselheira Aldenora Pereira da Silva representará a
65 presidência do CONSEA, na Conferência da Criança e Adolescente, nos dias 07 a 10 de
66 dezembro/2009. 8) Renato Maluf preparou, em nome da Mesa Diretiva do CONSEA, uma
67 carta aos Conselheiros e Conselheiras, tratando de uma avaliação preliminar do Conselho.
68 Esse tema será tratado na primeira Reunião Plenária de 2010. Renato Maluf solicitou dos
69 Conselheiros contribuição para a avaliação. Os Conselheiros se manifestaram: 1) Pedro
70 Makumbundu Kitoko: Informou que participou de um Seminário da CPLP - Comunidade
71 dos Países de Língua Portuguesa, ocorrido em Salvador-BA. O objetivo do Seminário foi a
72 preparação do Fórum das Entidades da Sociedade Civil dos Países da CPLP. O Brasil será
73 presidente da Comissão que preparará a programação do Fórum. Também do Seminário
74 saiu uma recomendação aos Presidentes da República dos países da CPLP, recomendando a
75 priorização da Segurança Alimentar e Nutricional. No Seminário, a CPLP informou que as
76 entidades da Sociedade Civil podem pleitear uma vaga na Comunidade, como
77 observadores. O Conselheiro considerou importante que o CONSEA pleiteie essa vaga, que
78 poderá ser feita através do Itamaraty. O Conselheiro noticiou também que em Sapé do
79 Norte-ES, no dia 11 de novembro foram presos 39 cidadãos, moradores da Comunidade
80 Quilombola São Domingos. Entre eles, estava um cego, um idoso e três crianças. Foram
81 presos sob a alegação de roubo de madeira para produzir carvão. No dia 12, o Ministério
82 Público Federal divulgou um Comunicado qualificando de ilegal as prisões. A Comissão
83 Quilombola de Sapê do Norte divulgou um Comunicado explicando por que é feito o uso
84 de madeira para a produção de carvão, dizendo que isso acontece porque eles não sabem
85 como viver, visto que não têm terras, pois estas são ocupadas por monoculturas. O
86 Conselheiro espera uma reação rápida do CONSEA sobre o assunto. Renato Maluf
87 estimulou as várias pessoas e instituições que têm relação com os países de língua de
88 portuguesa intensificar seus trabalhos de cooperação com esses países para maior
89 envolvimento do CONSEA nessa iniciativa, inclusive trabalhar melhor a questão da reunião
90 que acontecerá em Angola. E solicitou do Conselheiro Milton Rondó ajuda na participação



91 do CONSEA como observador da CPLP. Com relação à Comunidade de São Domingos,
92 propôs tratar o assunto após o almoço e ver qual a melhor maneira de o CONSEA se irá
93 pronunciar sobre o assunto. 2) Brasília Ribeiro Freitas: Comentou sobre a seca ocorrida em
94 2008, na Região Sul, quando morreram todas as plantações. Segundo a Conselheira, o índio
95 está excluído do Seguro Agrícola por não ter financiamento, o que fez com que eles
96 comprassem direto das empresas, adquirindo dívidas. E por conta dessas dívidas, não foi
97 possível conseguir comprar mais sementes para as plantações. A FUNAI também não as
98 forneceu a eles. Quanto ao Bolsa Família, a Conselheira disse que pelas mínimas coisas é
99 cortado o benefício. Renato Maluf propôs discutir o assunto fora da Plenária para tentar ver
100 uma forma de como o CONSEA se manifestará a respeito do caso. Os Conselheiros Irio
101 Luiz Conti e Ronaldo Jorge Rodrigues se propuseram a, junto com o Conselheiro Pedro
102 Makumbundu Kitoko, preparar uma manifestação do CONSEA sobre os temas abordados.
103 3) Malaquias Batista Filho: Desejou que a Conferência do Clima possa representar uma
104 tomada de posição muito positiva a respeito da Segurança Alimentar no mundo. Falou que
105 a Empresa Brasileira Sadia ganhou, pela primeira vez no mundo, o reconhecimento das
106 Nações Unidas por incorporar, armazenar e registrar o Crédito de Carbono, usando a
107 tecnologia dos biodigestores. O Conselheiro solicitou ao CONSEA e à Conselheira Gleyse
108 Peiter divulgar o tema como sendo o Brasil o primeiro país no mundo a ter uma empresa
109 que conquistou esse prêmio. Renato Maluf propôs o mesmo encaminhamento que os
110 anteriores: elaborar uma forma de encaminhamento do assunto e checar a informação, fora
111 da Plenária. O Secretário Crispim Moreira esclareceu que está sendo feito recadastramento
112 do Bolsa Família e foram suspensos cerca de 900 mil registros devido ao não cumprimento
113 de condicionalidades, contudo, está criada uma possibilidade de recadastrá-los. Propôs-se,
114 na parte da tarde, contatar a Secretaria Nacional de Renda da Cidadania, responsável pelo
115 recadastramento, para tratar o caso específico que a Conselheira Brasília apresentou. Na
116 sequência, passou-se ao item 2. 09h30 as 10h - Informe do CONDRAF sobre o Ano da
117 Agricultura Familiar. Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA - José Humberto
118 de Oliveira: Agradeceu as contribuições do CONSEA nos debates do CONDRAF -
119 Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável sobre a Política de
120 Desenvolvimento para o Brasil Rural, cujos trabalhos serão concluídos em março de 2010.
121 Informou que a partir de abril do ano seguinte será aberto debate sobre essa Política,
122 momento em que os Conselhos serão ouvidos, a começar pelo CONSEA. Disse também
123 que será realizado o Segundo Salão Nacional dos Territórios Rurais no Brasil, nos dias 22 a
124 25 de março de 2010. Nessa ocasião também será realizado o II Terra Madre. A presença
125 do Secretário, nesta Plenária, foi em função de uma campanha mundial, realizada pelas
126 Nações Unidas, em favor da Declaração do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Essa
127 campanha foi iniciada pela Organização Não-Governamental Fórum Rural Mundial,
128 sediada na Espanha. Uma organização que reúne entidades da área agrícola e rural
129 espanhola e representantes mundiais do setor. Informou que os representantes do Fórum
130 Rural Mundial estiveram no Brasil e visitaram o MDA – Ministério do Desenvolvimento
131 Agrário e entidades da Sociedade Civil, como Contag - Confederação Nacional dos
132 Trabalhadores na Agricultura e FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
133 Familiar do Brasil, e também o Ministério das Relações Exteriores, e saíram daqui muito
134 bem impressionados pela recepção brasileira. O presidente da Contag, em reunião com o
135 CONDRAF, sugeriu que este assumira o compromisso de apoiar a campanha. O CONDRAF



136 preparou uma Resolução, que será discutida e aprovada dia 03/12/2009. Uma das propostas
137 surgidas em reunião anterior do CONDRAF é que este, o CONSEA, o Conselho Nacional
138 de Economia Solidária e o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente façam
139 ampla mobilização das entidades nacionais, governamentais e não-governamentais em
140 favor da campanha. O Secretário acredita que além dessa mobilização, o Brasil possa tomar
141 a dianteira no processo. Segundo o Secretário, mais de 170 organizações de todos os
142 Continentes do Mundo, de todos os tipos e tamanhos, governamentais e não-
143 governamentais, estão sendo mobilizadas pelo Fórum e estão fazendo campanhas que
144 aderem desde Municípios, Estados a Governo Estadual e País ao movimento. E pelo
145 significado do Brasil no trato do tema da Agricultura Familiar e pela reputação
146 internacional que tem nosso País hoje, pela liderança do Presidente Lula, no mundo inteiro,
147 o Secretário considera que o Brasil precisa assumir um papel muito mais relevante nessa
148 campanha. Para isso, sugeriu que o CONDRAF, CONSEA, Conselho Nacional de
149 Economia Solidária e CONAMA façam uma reunião com o Ministério das Relações
150 Exteriores objetivando a ampliação do papel do Brasil nesse processo. O Secretário falou
151 que o Brasil está num momento muito importante para a Agricultura Familiar, que é o
152 anúncio do Censo Agropecuário do IBGE/2006, confirmando pesquisas anteriores e
153 estudos realizados no Brasil sobre o significado e a importância da Agricultura Familiar na
154 economia brasileira, com mais de 10% do PIB Brasileiro e mais de 70% dos produtos da
155 cesta básica brasileira vindos da Agricultura Familiar. E seria oportuno o MDA debater o
156 tema, no CONSEA. Ainda segundo o Secretário, a construção da Política de
157 Desenvolvimento para o Brasil Rural e o debate sobre a Agricultura Familiar em todos os
158 ambientes, inclusive no Congresso Nacional, é importante para que a sociedade brasileira e
159 o mundo tenham conhecimento da mesma. Desejou que o Ano Internacional da Agricultura
160 Familiar se transforme num Dia Internacional da Agricultura Familiar e que seja
161 comemorado todos os anos. E, ainda que o Brasil possa decretar esse dia antes mesmo que
162 seja decretado internacionalmente. Sugeriu se pensar em movimentos que cada vez mais a
163 sociedade se aproprie do conceito de Agricultura Familiar e da importância dela para o
164 Brasil. Disse que o MDA e o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável tratam o
165 tema como uma Resolução. Finalizou sua fala solicitando ao CONSEA que análise
166 possíveis encaminhamentos sobre o tema, pois o MDA estará à disposição para junto com
167 este Conselho dar seguimento aos mesmos. O Conselheiro Ronaldo Jorge de Oliveira
168 sugeriu incluir na lista de Conselhos que vão ser visitados pelo CONDRAF o Conselho
169 Nacional de Aquicultura e Pesca. A Conselheira Maria Emilia Pacheco sugeriu ao
170 CONSEA iniciar uma campanha sobre o tema, assim como foi a campanha da PEC da
171 Alimentação; pautar no CONSEA temas como agricultura familiar, agro-extratativismo das
172 populações tradicionais; a criação de uma Comissão para tratar o Plano Safra, ampliando a
173 contribuição brasileira aos camponeses e populações tradicionais. A Conselheira
174 considerou importante que o tema da biodiversidade seja integrado nessa campanha.
175 Aproveitou para dizer que tem iniciativas muito interessantes, nesse momento, no Brasil,
176 como o reconhecimento do patrimônio material dos sistemas próprios dos indígenas e
177 populações tradicionais, formas de cultivo, preservação da natureza e etno-preservação. O
178 Conselheiro Malaquias Batista Filho propôs que o CONSEA aprove a ideia de se ter um
179 Dia Nacional da Agricultura Familiar, e deliberações aprovadas nesse sentido. A
180 observadora Rosana Heringer apoiou a realização do Ano da Agricultura Familiar, e disse



181 que a ActionAid está comprometida com esse projeto. Informou que a ActionAid realizou
182 um seminário para discutir projetos de desenvolvimento. E nesse Seminário, um
183 representante do Ministério da Agricultura criticou o Censo Agropecuário, dizendo que
184 havia muitos problemas na coleta de dados e problemas de confiabilidade. Ao que a
185 representante da ActionAid considerou bastante preocupante. Por isso, reforçou a ideia de
186 haver um debate sobre assunto, no CONSEA, em 2010. A Conselheira Brasília Ribeiro
187 Freitas parabenizou o Presidente Lula pela representação do povo indígena no CONSEA.
188 Disse que o corpo humano precisa de alimentos e água potável, coisa que a população
189 indígena do Guarita não tem. Informou que esse povo ganhou da Eletrosul Centrais
190 Elétricas S.A. casas de farinha, que não podem funcionar porque não há água potável na
191 região. Apenas quem mora próximo à Rodovia pode produzir farinha, pois ganhou água
192 potável da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Encaminhamentos: 1) CONSEA
193 acolheu positivamente a campanha sobre a Declaração do Ano Internacional da Agricultura
194 Familiar, e informará à Presidência da República que o CONSEA está acolhendo a proposta
195 do CONDRAF. 2) Acatou a proposta de o CONSEA antecipar a criação do Dia Nacional da
196 Agricultura Familiar. 3) Pautou na agenda do CONSEA, para 2010, discussão sobre a
197 Política para o Brasil Rural e sobre o Censo Agropecuário. O Secretário José Humberto de
198 Oliveira se manifestou apoiando os encaminhamentos acima. O Relator Nacional do Direito
199 a Terra, Território e Alimentação, Sérgio Sauer sugeriu: i) CONSEA sugerir à CONAB -
200 Companhia Nacional de Abastecimento a criação de uma linha específica, dentro do
201 Programa Compra Direta, de apoio à produção nas comunidades indígenas como um
202 mecanismo de Segurança Alimentar. ii)) Quanto ao Dia Nacional de Agricultura Familiar,
203 transformar o Dia Nacional de Luta Pela Reforma Agrária em mecanismo de articulação
204 nacional de promoção e produção familiar. iii) O CONSEA se apropriar de dados do Censo
205 que têm relação direta com a produção de alimentos, segurança e soberania alimentar. O
206 ponto de pauta seguinte a ser tratado foi o 3. 10h as 11h - Encaminhamentos Gerais das
207 Comissões Permanentes e da Comissão dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais. 1)
208 Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas -
209 Antonio Ricardo Domingos da Costa informou que a Conselheira Valéria Paye não pôde
210 estar presente nesta reunião, por estar acompanhando os povos indígenas da Comunidade
211 de Belo Monte, em Sessão da VI Câmara do Ministério Público. Apresentou os informes da
212 CP6: i) Realização da primeira consulta do PNGATI – Programa Nacional de Gestão
213 Ambiental em Terras Indígenas, promovido pela FUNAI e MMA, para a construção do
214 Decreto de Gestão Ambiental em Terras Indígenas. Serão realizadas cinco consultas em
215 nível nacional. A primeira foi realizada em Recife e as próximas serão no Paraná,
216 Maranhão, Manaus, Mato Grosso. ii) Acontecerá no Estado do Ceará, em 2010, seminário
217 para construção de cisternas de placa para povos indígenas do semi-árido. Foi mencionada
218 a questão do Beribéri, em Roraima, que ainda não está definido diagnóstico se é realmente
219 esse o problema. Foi proposto enviar à FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, à
220 ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e ao Ministério da Saúde documento
221 relatando o caso. Também foi sugerido ao CONSEA fazer gestão em relação à questão da
222 Medida Provisória que se encontra na Casa Civil sobre a criação da Secretaria Especial da
223 Saúde Indígena. iii) Foi informado que a FUNASA repassa aos trabalhadores da área de
224 saúde lanternas a pilhas. Essas pilhas são descartadas às margens do Rio Xingu, e está
225 poluindo as águas. No Javari e Rio Negro foram feitas discussões sobre a saúde indígena



226 para que a questão seja retirada da responsabilidade da FUNASA, que não está dando conta
227 do problema. Faltam recursos humanos na FUNASA, bem como órgãos específicos para a
228 questão da saúde indígena. iv) Falou-se da necessidade de perfuração de poços profundos
229 na região do semi-árido e em outras regiões do País. Solicitou-se ao CONSEA tratar o
230 assunto. v) Foi proposto, para a próxima reunião da Comissão, discutir a questão do
231 Programa de Aquisição de Alimentos e Bolsa Família. Encaminhamentos: i) Os CONSEAs
232 Estaduais acompanharão as audiências regionais do PNGATI. ii) Quanto à questão do
233 Beribéri, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o CONSEA irá preparar uma carta
234 pedindo esclarecimentos aos órgãos competentes sobre qual o diagnóstico. Renato Maluf
235 informou que o CONSEA foi convidado para participar da próxima reunião da Comissão
236 Nacional de Política Indigenista. iii) A CONAB será convidada para participar da discussão
237 sobre o PAA e Bolsa Família. 2) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e
238 Povos e Comunidades Tradicionais - Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida: A CP5
239 solicitou ao CONSEA convidar Casa Civil, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e
240 Reforma Agrária e Fundação Cultural Palmares para tratar sobre o relatório da Comissão
241 Especial de Acompanhamento e Apuração de Denúncias Relativas aos Quilombolas de
242 Sapé do Norte-ES. Foi dito que no Mato Grosso dois quilombos foram reconhecidos pela
243 Fundação Cultural Palmares, faltando ainda 32 serem reconhecidos. Dando continuidade à
244 apresentação da CP5, a Conselheira Ana Lúcia Pereira reforçou a solicitação para que o
245 CONSEA abra uma pauta, com participação da Casa Civil, Incra, a Fundação Cultural
246 Palmares e SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,
247 para discutir de forma mais ampla o relatório da Comissão do Conselho de Defesa dos
248 Direitos da Pessoa Humana, que fez um estudo de casos sobre as comunidades quilombolas
249 de Sapé do Norte, e que foi apresentado pelo Conselheiro Pedro Kitoko à CP5 em reunião
250 anterior. Encaminhamentos: i) O Relatório foi recebido oficialmente pelo CONSEA e será
251 lido pelos Conselheiros que ainda não o fizeram. ii) Será feito um trabalho juntamente com
252 a Comissão de Monitoramento, independentemente de reunião Plenária, e as CPs 4, 5 e 6,
253 Sérgio Sauer, Conselheiro Pedro Kitoko e CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança
254 Alimentar e Nutricional. O relatório desse trabalho será divulgado a todos os Conselheiros.
255 E caso haja necessidade, o tema será tratado em Plenária. 3) Comissão Permanente 4 -
256 Direito Humano à Alimentação Adequada - Elisabetta Recine: Informou que a CP4
257 terminará o ano com uma avaliação positiva de seus encaminhamentos, e ainda: i) Dia
258 30/11/2009 a CP4 realizou uma reunião com representantes de 13 dos 14 Estados que têm
259 Comissões Permanentes de Direito Humano à Alimentação Adequada nos CONSEAs
260 Estaduais. No final da reunião, foi esboçado um plano de trabalho conjunto, com o objetivo
261 de configurar uma rede de apoio e parceria entre as Comissões (troca de experiências e
262 informações). Está sendo projetado um seminário nacional das Comissões, para agosto de
263 2010, com a presença dos 27 CONSEAs Estaduais. Até lá, as Comissões trabalharão seus
264 planos de trabalho locais e o Guia de Análise de Políticas Públicas. ii) Dia 01/12/2009 foi
265 realizada uma reunião na SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, com a
266 Secretária Lúcia Modesto e os Diretores do Bolsa Família, sobre a elaboração dos
267 Instrumentos de Exigibilidade do Bolsa Família. A sugestão da CP4 é discutir o Bolsa
268 Família, envolvendo todas as CPs. Naquela reunião, a Secretária Lúcia Modesto solicitou à
269 Conselheira Elisabetta Recine que seja porta-voz de um convite às entidades que fazem
270 parte do CONSEA para participarem de uma reunião, na primeira quinzena de fevereiro de



271 2010, para discutir o Bolsa Família. O contato da Secretária foi disponibilizado na
272 Secretaria do CONSEA. Em relação ao processo de Instrumentos de Exigibilidade do Bolsa
273 Família, a apresentadora disse ser importante que a discussão seja feita da maneira a mais
274 coordenada possível, porque têm demandas e dificuldades muito específicas dos povos
275 indígenas e comunidades tradicionais. iii) Foi requerido ao CONSEA que encaminhe ofício
276 à Diretoria Colegiada da ANVISA, solicitando urgência na regulamentação da publicidade
277 de alimentos para o público infantil. O ofício foi lido em Plenário pelo Conselheiro Pedro
278 Kitoko. iv) Foi discutido na reunião da CP4 que o CONSEA reitere o convite à FUNASA,
279 FUNAI e SEPPIR para participarem das reuniões do CONSEA. v) Quanto ao relatório
280 apresentado anteriormente pelo Conselheiro Pedro Kitoko, a CP4 considerou que além da
281 discussão proposta do relatório, a Comissão tem que reativar e motivar que a presidência do
282 CONSEA tenha a oportunidade de discutir com o Ministro Paulo Vanucci a
283 questão da Comissão de Monitoramento das Violações do Direito Humano à Alimentação
284 Adequada. Encaminhamentos: i) Reiterar o convite à FUNASA, FUNAI e SEPPIR. ii)
285 Audiência com o Ministro Paulo Vanucci. iii) Encaminhar o ofício à Diretoria
286 Colegiada da ANVISA, e Documento com o mesmo teor, à Conferência de Comunicação.
287 4) Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional
288 - Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira: Solicitou a Renato Maluf que este
289 leve consigo Documento à ANVISA, posto que ele terá reunião neste dia com o presidente
290 da Agência. Solicitou também que se algum Conselheiro for à Conferência de
291 Comunicação, seria interessante levar o Documento também à Conferência. A CP3 tratou
292 também do Seminário da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, organizado pela
293 CGPAN - Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da
294 Saúde. A CP3 reivindicou uma vaga por CONSEA Estadual no Seminário. Outro ponto
295 tratado na Comissão foi o Protocolo dos Celíacos. A CP considerou importante elaborar um
296 Documento sobre o assunto e encaminhá-lo ao Ministério da Saúde, FNDE - Fundo
297 Nacional de Desenvolvimento da Educação, MDA - Ministério do Desenvolvimento
298 Agrário, mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MDS - Ministério do
299 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e ANVISA. O
300 Conselheiro Pedro Kitoko fez apresentação do Documento das contribuições das
301 Associações dos Celíacos do Brasil. Foi solicitado ao Plenário que envie contribuições ao
302 Documento. Depois da apresentação do Documento, na Comissão, esta encaminhou o
303 seguinte: i) Reativar o Grupo de Trabalho Saúde, para tratar especificamente sobre as
304 necessidades alimentares especiais. ii) Promover um seminário sobre as necessidades
305 alimentares especiais, em 2010. Encaminhamentos: A Plenária aprovou o Protocolo dos
306 Celíacos, e encaminhamento deste aos Ministérios sugeridos. 5) Comissão Permanente 2 -
307 Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Maria Emília
308 Pacheco: Passou a palavra à Conselheira Elza Maria Franco Braga, que explicou por que o
309 Termo de Parceria com a ASA - Articulação do Semi-Árido Brasileiro voltou à Plenária do
310 CONSEA, dizendo que aconteceram impedimentos relacionada a recursos e a uma
311 solicitação para que a Associação do Programa Um Milhão de Cisternas alterasse seu
312 Regimento Interno, dando margem a essa Associação poder construir cisterna nas escolas; e
313 também por que o Ministério do Desenvolvimento Social quer que esse Termo de Parceria
314 seja concluído e prestado contas dele até o final do Governo atual. O novo Termo de
315 Parceria recomenda sua formalização entre o Ministério do Desenvolvimento Social e



316 Combate à Fome e a OSCIP P1MC, com vigência até novembro de 2010, para a construção
317 de 54.520 cisternas, de 16 mil litros; 130 cisternas escolares, de 52 mil litros; 30 cisternas
318 escolares, de 30 mil litros. Totalizando um valor de R\$ 96.751.123,74. A palavra voltou à
319 Conselheira Maria Emilia Pacheco, que apresentou uma proposta da CP2 para que o
320 CONSEA se engaje num debate em defesa do direito ao livre uso da biodiversidade. E
321 propôs um debate, para fevereiro de 2010, sobre o assunto, com a participação das CPs 2, 3,
322 5 e 6. A Conselheira Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade solicitou ao MDS publicizar a
323 pesquisa nacional do Programa Nacional de Avaliação Escolar. E questionou ao Secretário
324 Crispim Moreira como o CONSEA poderia contribuir para a publicação desse trabalho. A
325 Conselheira Elza Maria Franco Braga informou que foi diagnosticado que 70% das escolas
326 que não estão nas sedes dos municípios não têm água própria para consumo humano e que
327 foi dito à Conselheira que o Ministério da Educação não vai mais alocar recursos para
328 Programa Cisterna nas Escolas. A Conselheira solicitou do CONSEA encaminhamento ao
329 Ministério da Educação sobre o assunto. Sugeriu também que a discussão desse Programa
330 seja tratado na Comissão dos Presidentes de CONSEAs Estaduais, conjuntamente com a
331 CP2, para publicizar mais o Programa em outras regiões do Brasil que têm necessidade de
332 água. Segundo a Conselheira Aldenora Pereira da Silva, a última pesquisa do Instituto Trata
333 Brasil mostrou que as crianças de 40% das escolas têm redução de 18% do rendimento por
334 falta de saneamento. A Conselheira Marília Mendonça Leão sugeriu que o CONSEA officie
335 o Ministro da Educação ou convide o FNDE para tratar da publicização dos dados da
336 pesquisa da alimentação escolar. Encaminhamentos: i) Foi aprovado o envio de ofício ao
337 MEC/FNDE, pedindo a liberação dos resultados da pesquisa nacional sobre o PNAE. ii)
338 Organizar oficina conjunta, em fevereiro, para debater os direitos dos agricultores com as
339 CPs. iii) Foi aprovado o Termo de Parceria entre MDS e ASA. iv) Retomar
340 encaminhamentos já feitos sobre o tema da água nas escolas e documento do Ministério da
341 Saúde entregue ao Ministro José Gomes Temporão. 6) Comissão Permanente 1 -
342 Regulamentação e Institucionalização do SISAN - Marília Mendonça Leão: Sobre a saúde
343 do povo indígena Ingarikó, em Roraima, propôs ao CONSEA encaminhar ofício sobre a
344 questão à Comissão Especial de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos, da
345 Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e oficiar o Ministro da Saúde sobre a questão da
346 saúde indígena como um todo para saber quais providências foram ou serão tomadas sobre
347 a denúncia e sobre a Secretaria Nacional de Saúde Indígena. Quanto aos trabalhos da CP1:
348 i) A Conselheira, juntamente com a Secretaria do CONSEA, participou da reunião da CP1,
349 tratando do orçamento público. Foi feita uma apresentação sobre o que o CONSEA
350 Nacional vem fazendo sobre o orçamento da União. A apresentação será distribuída, em
351 formato de folheto, aos Conselheiros e Presidentes Estaduais. ii) Foi retomada a discussão
352 sobre o Sistema de Monitoramento (Subsistema do SISAN), que trata do monitoramento e
353 da situação de SAN, com a participação de convidados de vários órgãos. Encaminhamentos
354 da CP1: i) Realizar uma reunião, no dia 24 de fevereiro de 2010, para dar continuidade ao
355 trabalho de monitoramento. ii) Em maio, a Comissão organizará uma oficina ou seminário
356 para ampliar o debate, envolvendo as demais Comissões e Conselheiros, para definir um
357 formato final desse relatório, que deverá ser divulgado em outubro de 2010. iii) CP1 e CP3
358 se juntaram para discutir a Política SAN. iv) Concomitante à elaboração desse relatório,
359 CP1 precisa elaborar um relatório sobre a institucionalidade do Subsistema do SISAN. 7)
360 Comissão do Presidentes de CONSEAs Estaduais - Dulce Terezinha Oliveira da Cunha: i)



361 A Conselheira Marília Mendonça Leão e a Coordenadora do CONSEA Nacional, Carmem
362 Priscila Bocchi, apresentaram o material sobre o Acompanhamento do Orçamento de SAN.
363 E houve a sugestão de oficinas regionais, precedendo a um seminário nacional, e a
364 elaboração de uma cartilha sobre o tema. ii) A coordenação da Comissão de Presidentes,
365 para 2010, será composta por representantes da região Norte (Iramar Cardoso da Silva -
366 CONSEA-TO) Sudeste (Pedro Makumbundu Kitoko - CONSEA-ES) e Centro-Oeste
367 (Dulce Terezinha Oliveira da Cunha - CONSEA-GO). O Conselheiro Iramar Cardoso da
368 Silva foi escolhido como coordenador da Comissão. iii) Não foi feito o relato da Oficina da
369 Comissão do Direito Humano à Alimentação Adequada, pois seus representantes estavam
370 envolvidos com o Planejamento. iv) A Conselheira Dulce propôs que a reunião da
371 Comissão dos Presidentes de CONSEAs Estaduais seja dia 1º de março de 2010. v) Foi
372 discutido pelos Presidentes de CONSEAs a possibilidade de suas reuniões terem duração de
373 um dia e meio. vi) Nos Estados de Alagoas, Tocantins e Paraná, que já receberam os
374 recursos do convênio com o MDS, já houve a contrapartida e já estão realizando as
375 atividades propostas. O Estado de Goiás recebeu o recurso, mas ainda nada aconteceu,
376 apenas foi criado o Comitê Gestor. A Conselheira Dulce questionou ao Secretário Crispim
377 Moreira e a Renato Maluf o que o CONSEA e o MDS podem fazer para reforçar a situação
378 de Goiás. vii) A Conselheira informou que existe um movimento para mudar o Regimento
379 Interno para que a presidência passe a ser do Governo, e também existe um Projeto de Lei
380 para que a composição seja a mesma que a da LOSAN. O ponto de pauta seguinte a ser
381 abordado foi o 4. 11h as 12h30 - Discussão sobre a minuta do Projeto de Lei da Política
382 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Conselheira Regina da Silva Miranda
383 passou a compor a Mesa. 1) 4.1. 11h às 11h20 - Exposição da CAISAN - Crispim Moreira:
384 Informou que o MDS é o responsável pela coordenação da VII Conferência Nacional de
385 Assistência Social, que teve a participação de dois mil Delegados, e foi realizado no Centro
386 de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, sob o tema de 'Participação em Controle
387 Social no Sistema Único de Assistência Social'. E por esse motivo estavam ausentes nesta
388 Plenária o Ministro Patrus Ananias e a Secretária Arlete Sampaio. O Secretário Crispim,
389 em nome da Comissão Técnica 2 da CAISAN, constituída com a tarefa de formular a
390 proposta da Política e do Plano de SAN, apresentou o Documento que dispõe sobre a
391 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Não foi feita a leitura do
392 Documento, mas apenas de alguns destaques para estimular o debate. O Secretário registrou
393 que todos os representantes da Comissão Técnica, publicados no Diário Oficial, estavam
394 presentes nesta Plenária do CONSEA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
395 – CONAB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Geral da Presidência da
396 República, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e
397 Ministério das Relações Exteriores). O Secretário informou que a Comissão Técnica foi
398 instalada no dia 23 de outubro de 2009, quando foi proposta a estrutura do Plano e da
399 Política para a CAISAN. Fez um breve relato do desenvolvimento da Comissão. A
400 Comissão Técnica, após autorização da Câmara e confirmação da Mesa Diretiva, sobre os
401 seus trabalhos, instalou processo para redigir o Documento, que foi encaminhado ao
402 presidente Renato Maluf. Destacou que os relatores da Política e do Plano Nacional de
403 Segurança Alimentar, membros da Mesa Diretiva e outros convidados se mobilizaram e
404 recolheram elementos para produzir uma versão que a Comissão Técnica ingressou na
405 Reunião Ordinária da CAISAN e que será apresentada hoje ao CONSEA. Informou que na



406 reunião da CAISAN, do dia 26 de novembro de 2009, não foram concluídos os trabalhos,
407 portanto, uma versão final do Documento não foi aprovada. Essa versão preliminar que será
408 submetida à Plenária do CONSEA, para mais contribuições e insumos, voltará à Comissão
409 Técnica e posteriormente será submetida aos Ministros da Câmara. O Documento terá
410 estrutura de Projeto de Lei, e tratará dos seguintes pontos: 1) Da Política Nacional de
411 Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, 2) Das diretrizes da PNSAN, 3) Da Gestão
412 Intersetorial da PNSAN, 4) Do financiamento da PNSAN, 5) Da participação social na
413 PNSAN, 6) Do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 7) Do
414 monitoramento e avaliação da PNSAN. Tratou-se mais detidamente de alguns temas da
415 estrutura do PL: 1) Quanto às Diretrizes, destacou que foi acrescido o item VII – Promoção
416 do acesso à água para consumo humano e para a produção de alimentos da agricultura
417 familiar, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais. 2) Quanto à Gestão
418 Intersetorial, destacou-se que supondo a PEC aprovada, tornar-se-á obrigatório aos Estados
419 formular Planos e Políticas. 3) Quanto ao Financiamento, será inserido anexo ao quadro
420 orçamentário das Leis Orçamentárias Anuais para favorecer o monitoramento e a gestão da
421 Política. Foi confirmada também a dotação e co-financiamento da gestão por Estados e
422 Municípios. O Plano Nacional de SAN deverá abranger o período 2011 a 2015, sendo que
423 as diretrizes e prioridades repercutirão e incidirão sobre o próximo PPA - Plano Plurianual.
424 O Plano de SAN deverá ser revisado a cada dois anos. 2) 4.2. 11h20 as 11h40 - Exposição
425 da Comissão Permanente 3 do CONSEA - Regina da Silva Miranda: Considerou este é um
426 momento especial para todos do CONSEA. A Conselheira falou que o Documento
427 ‘Subsídio do CONSEA Nacional para a Elaboração do Plano’ é fruto do esforço de todos os
428 Conselheiros da CP3. E agradeceu aos Conselheiros que auxiliaram na escrita do
429 documento final e das seis diretrizes. Regina Miranda apresentou contribuições da CP3 ao
430 Documento apresentado pela CAISAN, e considerou importante fazê-las, e as comentou.
431 Salientou que houve a necessidade de padronização de alguns termos apresentados ao longo
432 do Documento. A CP3 se preocupou com a forma de escolha do presidente do CONSEA,
433 que deverá ser feita pela sociedade civil e escolhido pelo Pleno do CONSEA. De acordo
434 com a Lei do CONSEA Nacional, essa escolha deverá ser por lista tríplice e indicado pela
435 Presidência da República. A Conselheira defendeu o que consta no art. 10, § 1º, inciso III,
436 que fala que o CONSEA será presidido por um representante da sociedade civil, indicado
437 pelo Conselho, entre seus membros. Outros pontos foram apresentados como preocupações
438 jurídicas, que foi o caso do Pacto Federativo - autonomia de Estados e Municípios - e o
439 ordenamento de constituição das CAISANS nos Estados e Municípios. Foram apresentadas
440 questões polêmicas na Comissão, mas que não houve deliberação sobre elas, pois não
441 houve consenso no Grupo: i) Art. 5º, que opta por definir um sujeito prioritário. ii) A
442 questão dos órgãos similares aos CONSEAs nos municípios. iii) Art. 7º, inciso II, inserir
443 um item em que o CONSEA deverá aprovar o Plano Nacional de Segurança Alimentar. iv)
444 A necessidade da existência de um fundo destinado à manutenção do Sistema CONSEA
445 nos Estados e Municípios. Em complementação à fala da Conselheira Regina Miranda, a
446 Conselheira Marília Mendonça Leão apresentou mais algumas alterações ao Documento. O
447 Secretário Crispim Moreira disse que a Mesa Diretiva do CONSEA e a CAISAN entendem
448 que a Comissão Técnica produzirá primeiro a Política, e posteriormente, em 2010, dará
449 continuidade ao Plano. Intervalo Almoço - 12:30 as 14:00. A reunião foi retomada após o
450 almoço com um Informe do Conselheiro Irio Luiz Conti, da FIAN, que colocou para debate



451 dos membros do CONSEA, e recebimento de críticas e sugestões, um texto que fora
452 elaborado por dois dos fundadores da FIAN. O texto tem como objetivo avançar nos
453 programas de transferência de renda no estilo do Bolsa Família e de outros programas
454 universais e sem condicionalidades. Sugeriu que o CONSEA olhe com carinho e atenção a
455 proposta do Conselheiro Malaquias Batista Filho sobre a questão da Sadia e Crédito de
456 Carbono, dada a pouca experiência que se tem sobre o sistema. Renato Maluf expôs sua
457 preocupação quanto ao tema, uma vez que aprovaram em Plenária anterior uma Exposição
458 de Motivos as Mudanças Climáticas, em que o tema do seqüestro de Carbono aparece como
459 uma questão que gera controvérsias. Pedeu para que acatem a sugestão do Conselheiro Irio
460 Luiz Conti para elaboração de um dossiê informando sobre o sistema para analisarem com
461 mais calma o posicionamento sobre assunto no intuito de evitar precipitações. O Secretário
462 Crispim Moreira informou que foram tomadas providências para resolução do problema
463 levantado pela Conselheira Brasília quanto à questão do corte de alguns benefícios do
464 Bolsa Família em sua comunidade. Passou-se ao Item 4. 14h15 às 18h - Continuação da
465 Discussão sobre a minuta do Projeto de Lei da Política Nacional de Segurança Alimentar e
466 Nutricional, 4.3. 11h40 as 12h30 - Comentários e Proposições das Comissões Permanentes
467 e da Comissão dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais sobre a minuta do PL da PNSAN:
468 1) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de
469 Desenvolvimento - Maria Emília Pacheco: Apresentou a inclusão de algumas propostas ao
470 PL: i) Aperfeiçoamento da LOSAN, pois esta contém as propostas fundantes da Política e
471 apresenta conceitos e dimensões da Soberania de Segurança Alimentar e a necessidade de
472 aprovação da PEC. ii) Reforçar a importância do detalhamento da Política, concordando
473 com as diretrizes. iii) Quanto às diretrizes: a) Apresentou formulação um pouco mais
474 detalhada da diretriz do direito à água, acrescentando o acesso universal. b) Inclusão da
475 diretriz que fala dos sistemas agroecológicos, fazendo uma alusão clara ao abastecimento e
476 referência à associação da questão climática com a Soberania e Segurança Alimentar na
477 apresentação do detalhamento da Política. d) Quanto à gestão do Sistema, participação e
478 financiamento, enfatizou que a Conferência seja vista como um espaço definidor e
479 necessário de se pensar uma forma de participação, além dos Conselhos, como o
480 fortalecimento de organizações da sociedade civil. e) Necessidade de preenchimento da
481 lacuna na relação entre CONSEA e CAISAN. f) Necessidade de insistir na incorporação da
482 perspectiva territorial. g) Necessidade de consenso com relação ao espaço de participação
483 no plano municipal. 2) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada
484 - Elisabetta Recine: Apresentou uma padronização de linguagem que realizaram no texto
485 quanto a terminologia “Direito Humano à Alimentação Adequada”. i) Em relação aos
486 sujeitos da Política, a CP4 defendeu que o Plano explicita o atendimento preferencial aos
487 grupos mais vulnerabilizados. ii) Necessidade de clarear no texto que a CAISAN é
488 responsável pela elaboração e coordenação, de acordo com as diretrizes emanadas do
489 CONSEA. iii) Propôs que os Municípios também tenham a responsabilidade de implantar
490 Câmaras Inter-secretariais. iv) Defendeu ser papel do CONSEA propor a criação dos
491 Conselhos Municipais de SAN. v) Quanto ao financiamento, propôs a inclusão de um
492 parágrafo em que dotação orçamentária deverá garantir a realização progressiva do Direito
493 Humano à Alimentação Adequada e os recursos destinados à implementação da Política
494 Nacional de SAN não poderão sofrer contingenciamento. Ao final sal fala, fez proposições
495 de alteração de formas. 3) Comissão do Presidentes de CONSEAs Estaduais - Dulce



496 Terezinha Oliveira da Cunha: Informou que muito do discutido na Comissão fora refletido
497 pela explanação da CP4. i) Enfatizou que a Comissão defende firmemente a existência dos
498 Conselhos Municipais. ii) A necessidade do setor privado ser subordinado ao SISAN. iii)
499 Participação da sociedade civil na gestão. iv) levantou a preocupação com a questão da
500 interação CAISAN e CONSEA. v) Destacou a necessidade dos mecanismos de
501 exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada. vi) Mencionou que a Segurança
502 Alimentar e Nutricional não pode usar espaços do SUAS e do SUS. vii) Defendeu que a
503 localização da CAISAN seja na Casa Civil. viii) A Comissão também concorda com a
504 tripartite e bipartite. ix) Reivindicou maior tempo para discussão do PL. x) Foi destacada a
505 importância da existência de um Fundo para a manutenção do SISAN e a estruturação dos
506 CONSEA. 4) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e
507 Comunidades Tradicionais e Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional
508 dos Povos Indígenas - Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida: Apresentou: i) Art. 3,
509 p. 01 – fala do Sr. Antonio Ricardo Domingos da Costa sobre os brasileiros que vivem em
510 outros países. ii) Item III, Artigo 6 – Substituir em todo o texto do PL “capacitação” por
511 “formação”, “qualificação”. iii) Artigo 7 – Sugestão do Sr. Marco Aurélio de não repetir o
512 número da Losan. E item VI – Municípios; questão dos Conselhos Municipais obrigatórios
513 ou seu papel pode ser feito por instância similar. iv) Sugestão de fazer corte populacional
514 para obrigatoriedade dos municípios em criar CONSEAs. Para Municípios com população
515 acima de 15.000 habitantes é obrigatória a implantação de Conselhos Municipais de SAN.
516 Proposta de redação: No caso de Municípios com população inferior a 15.000 habitantes,
517 será estimulada a criação de CONSEAs ou Instância de participação e controle social
518 responsável pela temática”. Art. 10, § I, item V - Questão da participação social. Art. 12 - O
519 Plano Plurianual com metas e objetivos que devem ter continuidade no primeiro ano do
520 novo Governo. Art. 14 – Substituir a redação do art. 14: (...Visões articuladas das demandas
521 das populações que são sujeitos de direito, com atenção para as especificidades dos
522 diversos grupos populacionais em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional,
523 respeitando a diversidade sócio-cultural, étnico-racial e de gênero). Passou-se ao Item 4.4
524 14h15 às 17h – Debate em plenária. O Conselheiro Irio Luiz Conti pediu para ser colocada
525 a conjuntura que motivou a elaboração dessa proposta em seu teor. O Conselheiro
526 Malaquias Batista Filho aconselhou que no texto fosse falado mais sobre o problema
527 ambiental e não apenas restringir-se ao aspecto climático. A Conselheira Lana Magali Pires
528 enfatizou a necessidade de um artigo que contemple a produção científica do conhecimento
529 da área e um eixo que estivesse falando de Ciência e Tecnologia. O Presidente Renato
530 Maluf falou da importância de aparecer no PL o processo que está sendo vivenciado, onde
531 deverão avaliar o quanto essa Lei permite avançar no Sistema, dando um papel mais
532 importante para os CONSEAs na gestão da Política e avançando um pouco na orientação
533 dos CONSEAs Estaduais, indo na linha do que foi falado sobre avanços e aprimoramentos
534 da LOSAN. Quanto à Política, enfatizou a necessidade de pensar melhor a dinâmica de
535 funcionamento da CAISAN e sua localização, pois tem que se prever que o Plano volte
536 para o CONSEA opinar. A Conselheira Brasília Ribeiro Freitas expôs sua preocupação com
537 a vida saudável para os indígenas e para a agricultura familiar. A Conselheira Marília
538 Mendonça Leão disse achar prudente se manter a forma como consta sobre a questão do
539 financiamento ao invés da criação de um Fundo. Falou também que considera importante
540 defender a questão da transferência automática. Propôs que o monitoramento dito no art.



541 16, § 1º não seja apenas na esfera do Governo Federal, podendo ser aplicado também nas
542 esferas estaduais e municipais. A Conselheira Sílvia Rigon questionou onde seria o lócus de
543 operação da política, e propôs ter uma unidade mínima de organicidade para garantir que a
544 Segurança Alimentar e Nutricional se efetive. Questionou também por que se falar em
545 Câmaras Intersecretariais e não Câmaras Intersecretoriais. Renato Maluf informou que o Sr.
546 Juarez Martins e mais dois Parlamentares estão envidando esforços para que a PEC seja
547 colocada na pauta do dia no Congresso Nacional. A Conselheira Regina da Silva Miranda
548 defendeu que o Projeto de Lei mencione o lugar institucional da CAISAN e que a Câmara
549 Interministerial fique localizada na Presidência da República. A Conselheira Sônia Lúcia
550 Lucena Sousa de Andrade reforçou que o Fundo não seria realmente a melhor forma de
551 trabalhar o financiamento e que concorda com a Conselheira Silvia Rigon quanto à questão
552 das Câmaras Intersecretoriais. A Conselheira Elza Maria Franco Braga colocou que acredita
553 na questão da localização da CAISAN ser mais facilmente resolvida se ficasse para uma
554 regulamentação posterior. Enfatizou que a análise de conjuntura é fundamental para o PL.
555 Defendeu que a Política deve ficar amarrada aos Municípios. O Secretário Crispim Oliveira
556 disse ser importante ficar claro que da CAISAN espera-se articulação porque os executores
557 são os Ministérios. Quanto à questão do Fundo, defendeu a forma como consta no Projeto.
558 Na análise de conjuntura, disse entender que esse será um trabalho feito à parte na hora do
559 encaminhamento do projeto, numa espécie de carta, com justificativas que foram
560 mencionadas nas discussões. O Conselheiro Silvio Porto sugeriu que se incorpore a
561 possibilidade de usar o exemplo da gestão territorial na questão da gestão da Segurança
562 Alimentar e Nutricional em nível estadual ou municipal e que também se possa incorporar
563 organizações sociais. O Conselheiro Edno Honorato de Brito sugeriu constar no
564 Documento a questão do controle social da execução da Política nos Estados e Municípios
565 e também no Nacional. Passou-se ao Item 4.5. 17h às 18h – Encaminhamentos. Renato
566 Maluf fez a leitura da sistematização do PL com todas as sugestões que foram incorporadas
567 pelas Comissões. Após uma pequena discussão a respeito de qual encaminhamento fazer
568 com o PL quanto à tramitação nas próximas instâncias consensuou-se transferir para a
569 Mesa Diretiva a responsabilidade de verificação da versão final corrigida do PL em diálogo
570 com a CAISAN, antes do encaminhamento ao Presidente da República, que deverá ser
571 acelerado com um apelo para que o mesmo faça a mobilização no seu Governo. Passou-se
572 ao encaminhamento mais objetivo dos pontos mais controversos: 1) Art. 5º - O PL da
573 Política Nacional deve ou não priorizar os sujeitos da política. Foi realizada uma votação,
574 onde foi vencedora a redação em que a afirmação ficaria de forma mais genérica com 19
575 votos favoráveis e 2 contrários. 2) Passou-se ao inciso VI do Art. 7º, onde a discussão girou
576 em torno da flexibilização ou obrigatoriedade dos CONSEAs Municipais. Ganhou a
577 proposta de obrigatoriedade com a exceção de que pode haver outro Conselho, mas para
578 firmar termo de compromisso tem que ser CONSEA. 3) A outra controvérsia foi quanto à
579 forma de financiamento ser através de Fundo para Saúde Alimentar. Após discussão,
580 chegou-se ao consenso em aprovar a redação do Fundo como apresentado com a
581 preocupação de que se revise o texto para ficar o mais amarrado possível esse fluxo de
582 recursos e a garantia do funcionamento do CONSEA e da Conferência. 4) A quarta
583 controvérsia diz respeito ao papel dos CONSEAs na gestão da Política e a relação
584 CONSEA/Caisan: Consensuou-se que o CONSEA quer acompanhar a elaboração do Plano
585 e opinar sobre o seu resultado final. 5) A preocupação de expressar que cada Plano tenha



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



586 investimentos dentro de pagamentos reais, onde ficou estabelecido que ficaria somente a
587 realização progressiva do Direito Humano à Alimentação da ampliação de metas. 5. 18h –
588 Encerramento: Sem mais assunto a ser tratado, Renato Maluf deu por encerrada esta
589 reunião e agradeceu a presença de todos.
590

Renato Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário

591



592

593

LISTA DE PRESENÇA DA XIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO

594

CONSEA NACIONAL

595

02 de dezembro de 2009

596

597

598

SOCIEDADE CIVIL

599

Aldenora Pereira da Silva

600

Ana Lúcia Pereira

601

Antônio Ricardo Domingos da Costa

602

Eduardo Amaral Borges

603

Edno Honorato de Brito

604

Elza Maria Franco Braga

605

Gleyse Maria Couto Peiter

606

Irio Luiz Conti

607

Ivo da Silva

608

Luciene Burlandy Campos de Alcântara

609

Malaquias Batista Filho

610

Maria das Graças Apolinário

611

Maria Emília Pacheco

612

Marília Leão

613

Naidison de Quintelle Baptista

614

Pedro Makumbundu Kitoko

615

Regina da Silva Miranda

616

Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira

617

Renato Sérgio Jamil Maluf

618

Sandra Maria Chaves dos Santos

619

Silvia do Amaral do Rigon

620

Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade

621

Suzana Costa Coutinho

622

Virgínia Lunalva Miranda de Sousa Almeida

623

Conceição de Maria Lopes Freitas

624

Ronaldo Jorge de Oliveira

625

Cassi Ladi Reis Coutinho

626

Brasília Ribeiro Freitas

627

Sillas dos Santos Vieira

628

Antônio Marcos Dupin

629

630

631

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

632

Carla Bencke

633

Dulce Terezinha Oliveira da Cunha

634

Elisabetta Recine

635

636

REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



-
- 637 Selvino Heck – Assessoria Especial da PR
638 Ministério da Educação e Cultura
639 Ministério do Meio Ambiente – Paulo Guilherme Cahl
640 Ministério da Fazenda
641 Jader José de Oliveira – Secretaria Especial de Direitos Humanos
642
643

644

OBSERVADORES

- 645 Assessoria Especial da PR – Selvino Heck
646 Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF – Roseli Bueno
647 FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – José Tubino
648 CONSEA Nacional – Ronaldo José
649 Talher Nacional – Meiry Andréa Borges David
Ministério da Justiça - Terezinha S. Magli
FIAN Brasil – Célia Varela Bezerra
SESAN/MDS – Igor da Costa

CONVIDADOS

Eudes Ferreira da Costa
Helena Selma Azevedo.
Kathleen S. Oliveira
Katiana dos Santos Teléfora
Michele Lessa de Oliveira
Monica Cristina de Souza
Rocilda Moreira
Rosane Heringer
Sérgio Sauer